

MARTHA TORIBIO LEÃO

*Doutoranda e Mestre em Direito Tributário pela
Universidade de São Paulo – USP.*

*Especialista em Direito do Estado e Graduada pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
Advogada.*

CONTROLE DA EXTRAFISCALIDADE

SÉRIE DOUTRINA TRIBUTÁRIA VOL. XVI



Editora Quartier Latin do Brasil

Rua Santo Amaro, 316 – Centro – São Paulo

Contato: *quartierlatin@quartierlatin.art.br*
www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Produção editorial: José Ubiratan Ferraz Bueno

Diagramação: Eduardo Nallis Villanova;

Revisão gramatical: Ronaldo Santos Soares

Capa: Eduardo Nallis Villanova

LEÃO, Martha Toribio. Controle da Extrafiscalidade
– Série Doutrina Tributária v. XVI. São Paulo:
Quartier Latin, 2015.

1. Direito Tributário. 2. Normas Tributárias Indutoras.

3. Extrafiscalidade. I. Título

ISBN: 85-7674-755-3

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Tributário
2. Brasil: Normas Tributárias Indutoras
3. Brasil: Extrafiscalidade

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	9
Prefácio.....	11
Introdução	19

CAPÍTULO I

A FUNÇÃO INDUTORA NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: REGIME JURÍDICO APLICÁVEL, 31

1. Considerações iniciais.....	33
2. A extrafiscalidade na Constituição: o tributo como mecanismo de intervenção na ordem econômica e social....	34
3. A identificação das normas tributárias indutoras	42
4. Espécies de normas tributárias indutoras.....	52
4.1. Imunidades	52
4.2. Isenções.....	54
4.3. Incentivos fiscais	56
4.4. Tributos cuja própria natureza é indutora	58
5. Princípios e limitações aplicáveis	59
5.1. Princípios da ordem econômica e outras finalidades públicas expressas na Constituição	63
5.1.1. Soberania nacional.....	64
5.1.2. Propriedade privada e função social da propriedade	65
5.1.3. Livre iniciativa e livre concorrência.....	66
5.1.4. Defesa do consumidor	69
5.1.5. Defesa do meio ambiente.....	70
5.1.6. Redução das desigualdades regionais e sociais	72
5.1.7. Busca do pleno emprego	73
5.1.8. Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	74
5.1.9. Outros princípios	74
5.2. Princípios do Direito Tributário	75
5.2.1. Princípio da legalidade tributária	77
5.2.2. Princípio da igualdade.....	80
5.2.3. Princípio da irretroatividade.....	81

5.2.4. Princípio da anterioridade.....	83
5.2.5. Princípio da vedação de confisco.....	85
5.2.6. Princípio da uniformidade	86

CAPÍTULO II

EXTRAFISCALIDADE E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE: A APLICAÇÃO DA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E A IMPORTÂNCIA DOS EFEITOS, 89

1. Considerações iniciais.....	91
2. O papel do princípio da igualdade	92
3. A capacidade contributiva enquanto critério de aplicação do princípio da igualdade	99
4. A aplicação da capacidade contributiva às normas tributárias indutoras.....	105
5. A definição da extrafiscalidade: a insuficiência do conceito meramente causal	114
6. A imprevisibilidade dos efeitos das normas tributárias indutoras.....	123

CAPÍTULO III

OS CRITÉRIOS PARA O CONTROLE DA EXTRAFISCALIDADE, 127

1. A necessidade de definição de critérios de controle sobre a utilização do Direito Tributário como instrumento	129
2. Os critérios de controle para utilização das normas tributárias indutoras.....	134
2.1. O princípio da igualdade, a capacidade contributiva e o controle de eficácia	134
2.2. O exame da proporcionalidade.....	135
2.2.1. Adequação	139
2.2.2. Necessidade.....	142
2.2.3. Proporcionalidade em sentido estrito.....	143
2.3. Outros critérios: complementaridade, subsidiariedade, economicidade e cumprimento da finalidade.....	146

3. Síntese dos critérios aplicáveis para o controle da extrafiscalidade	153
4. O controle sobre a extrafiscalidade e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	155

CAPÍTULO IV

A APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE CONTROLE EM EXEMPLOS DE NORMAS TRIBUTÁRIAS INDUTORAS NO SISTEMA BRASILEIRO, 163

1. A extrafiscalidade no âmbito da proteção do mercado brasileiro e o caso da alteração da Alíquota do Imposto de Importação – II pelo Decreto nº 1.343/1994.....	165
2. A extrafiscalidade ambiental e o caso da isenção do Imposto Territorial Rural – ITR para as áreas de reserva legal	171
3. A utilização de normas tributárias indutoras em um mercado inelástico e o exemplo da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI incidente sobre o consumo de cigarros	180
4. As normas tributárias indutoras como forma de indução ao consumo e o exemplo do desconto de IPI para a compra de veículos automotores.....	191
5. Considerações finais sobre a análise dos critérios de controle nos exemplos citados.....	195
Considerações Finais	197
Referências Bibliográficas	211